

DISCUSSÃO CONCEITUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ABORDAGEM DA DIMENSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS/TO

Liziane Fátima Prichoa De Marchi (Universidade de Taubaté)
Monica Franchi Carniello (Universidade de Taubaté)
Moacir José dos Santos (Universidade de Taubaté)

Resumo

O desenvolvimento regional tem sido amplamente discutido, sobretudo no que tange a quantidade de variáveis relacionadas as multidimensões existentes. Este artigo tem o objetivo de analisar a dimensão produtiva do município de Dianópolis como componente do patrimônio territorial. Para tanto, a metodologia utilizada foi uma revisão qualitativa, quantitativa, bibliográfica e documental como boletins técnicos e dados oficiais sobre a cidade de Dianópolis/TO. O município de Dianópolis figura como um dos polos centrais de desenvolvimento da região sudeste do Estado, em especial após a presença do Projeto de Irrigação Manoel Alves, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins (IFTO) e da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) na cidade, que entre outros motivos, são os responsáveis por esse município manter indicadores significativos para serviços agroindustriais de utilidade pública e construção civil. Portanto, de acordo com a pesquisa, percebe-se que a partir da implantação do projeto acima citado e das instituições implantadas, principalmente após o plantio de soja na região e da implantação do curso de Engenharia Agrônômica no IFTO, a cidade de Dianópolis apresentou um considerável desenvolvimento. Vale destacar que, para que ocorra a expansão da cidade e região nas atividades produtivas de base econômica, faz-se necessária a modernização da agropecuária, a qual requer mão de obra qualificada, modernas técnicas de manejo do solo, de maquinário agrícola, equipamentos e assistência na extensão rural de qualidade, pois tais fatores facultam a geração de novos postos de trabalho e renda. No entanto, tal demanda necessita da intervenção das instituições de ensino superior implantadas em Dianópolis, do poder público e do interesse da população como protagonistas neste cenário de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento Regional. Dimensão Produtiva. Dianópolis/TO.

Introdução

O desenvolvimento regional tem sido amplamente discutido, sobretudo no que tange a quantidade de variáveis relacionadas a dimensão produtiva. Uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB), historicamente relacionado ao desenvolvimento econômico, não comporta, por sua vez, todas as facetas do desenvolvimento (FONSECA, 2016). Sendo assim, a abordagem do crescimento econômico requer um olhar para outras variáveis que compõem o espaço.

Desde a compreensão do desenvolvimento como liberdade, proposto por Sen

(2010), que pondera a relação entre o crescimento econômico e sua impossibilidade de ser, isoladamente, considerado desenvolvimento, à análise regional, são relevantes para compreender o avanço socioeconômico de um recorte geográfico. Para o autor além do econômico, fatores como: liberdade política, acesso à educação e saúde e direitos civis, mostram-se tão relevantes quanto à industrialização e progresso tecnológico para gerar desenvolvimento.

Sendo assim, o recorte espacial escolhido para este trabalho foi o município de Dianópolis/TO. A região em que esta cidade se insere, esteve durante décadas à margem do desenvolvimento experimentado pelo Estado de Goiás devido, sobretudo, ao seu isolamento físico, em relação às áreas daquele estado com maior potencial de crescimento. Com a criação do Estado do Tocantins em 1989, houve o rompimento do isolamento da região, e que a partir da melhoria parcial da infraestrutura rodoviária, abriu novas perspectivas de desenvolvimento para os municípios do sudeste do Tocantins, que em sua grande maioria, apresentam baixos níveis de desenvolvimento econômico e social (SEPLAN, 2017).

Segundo a SEPLAN (2017), pela análise dos cenários de crescimento dessa região, uma das alternativas estratégicas mais plausíveis e relevantes para o crescimento de longo prazo se sustenta na agropecuária e na agroindústria, a sua principal atividade econômica. Este ramo de atividade, é e será, ainda por muito tempo, a principal atividade a estruturar as relações econômicas e sociais da região (SEPLAN, 2017). Por outro lado, a ideia de uma agricultura sustentável revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com as condições em que se desenvolve a chamada “agricultura moderna”. Indica o desejo de práticas que, simultaneamente, obtenham um aumento constante da produção em grande escala, conservem os recursos naturais e contribuam para melhorar as condições de vida da população regional.

Neste contexto, pode-se sugerir que a sustentabilidade do desenvolvimento da porção sudeste está vinculada muito diretamente à agricultura, sendo que tal vinculação deverá se fundamentar no desenvolvimento e expansão de uma agropecuária com maior produtividade, bem como atender as demandas sociais da população urbana e rural da região. Além disso, deve-se garantir o mínimo de impactos adversos no meio ambiente natural, o que implica pensar sobre as disponibilidades de recursos hídricos em quantidade e qualidade para suportar a expansão de tais atividades (SEPLAN, 2017).

Dessa forma, o objetivo foi analisar a dimensão produtiva do município de Dianópolis como componente do patrimônio territorial. Sendo a metodologia utilizada uma Trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com delineamento bibliográfico e documental como boletins técnicos e dados oficiais sobre a cidade de Dianópolis/TO. O município de Dianópolis figura como um dos polos centrais de desenvolvimento da região sudeste do Estado, ainda mais após a presença do Projeto de Irrigação Manoel Alves e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins (IFTO) na cidade, que é, entre outros motivos, os responsáveis por esse município manter indicadores significativos para serviços agroindustriais de utilidade pública.

Isto posto, este trabalho está dividido em cinco partes: esta introdução; o referencial teórico que se analisa algumas proposições inerentes ao desenvolvimento regional e crescimento econômico, analisando também a dimensão produtiva de Dianópolis/TO; e por fim as considerações finais, propondo uma reflexão a respeito das atividades produtivas e seu impacto direto na realidade socioespacial do município estudado.

Revisão de literatura

Desenvolvimento, Desenvolvimento Econômico e Crescimento

Oliveira e Lima (2003) afirmam que o desenvolvimento pode ser compreendido como o crescimento realizado com incrementos positivos para satisfazer as necessidades do ser humano, como educação, saúde, moradia, transporte, alimentação e lazer, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Observa-se, pois, que esse conceito contempla a compreensão contemporânea de desenvolvimento, desvinculada da ideia de que este se limita ao desenvolvimento econômico, associado ao giro de riquezas e à acumulação de capital. Segundo esses autores, o desenvolvimento vincula-se diretamente à garantia da maior e melhor qualidade de vida para as pessoas.

Souza (2012) argumenta que não existe uma definição unanimemente aceita no meio acadêmico para desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com o crescimento econômico, porque os resultados do crescimento econômico nem sempre beneficiam toda a economia e todo

o conjunto da população.

Ribeiro (2017) afirma que, para compreender o conceito de desenvolvimento sob a ótica social, é preciso considerar o bem-estar do indivíduo, que vai além da análise dos indicadores do crescimento econômico de uma determinada região.

Para Furtado (2004), o processo de desenvolvimento está condicionado ao aumento da produção e da produtividade, acompanhado pela melhor distribuição de renda, fator importante para aumentar a demanda. O índice de desenvolvimento é subjetivo, pois depende de valores culturais específicos de cada sociedade, porém, de modo geral, está condicionado à oferta de bens materiais e à demanda por esses bens.

Segundo Vieira e Santos (2012), o conceito de desenvolvimento é mais abrangente do que o de crescimento econômico. Enquanto o último demonstra uma variação na taxa de crescimento do PIB, o primeiro representa a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos. “Desenvolvimento e crescimento econômico são diferentes, pois o desenvolvimento implica a superação das disparidades sociais e econômicas que retratam os processos de exclusão social” (VIEIRA; SANTOS, 2013, p. 39).

Souza (2012) esclarece que, para uma corrente de economistas, o crescimento econômico é uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Assim, o crescimento econômico gera mudanças estruturais, como a melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de uma determinada região.

Sen (2010) aperfeiçoou o conceito de desenvolvimento econômico ao contemplar outras dimensões, entre elas a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica pode estar relacionada à ausência de direitos e de liberdade democrática, afirma o autor.

Vieira e Santos (2013), entendem o desenvolvimento econômico como um processo dinâmico, no qual a quantidade de bens e serviços produzidos por uma coletividade na unidade de tempo tende a crescer mais rapidamente que ela. Portanto, a efetivação do desenvolvimento representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra. Porém, é inapropriado afirmar que todas essas

modificações dependem da dinâmica da área econômica.

O desenvolvimento se caracteriza pela transformação economia resultar do crescimento econômico, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população ou da região. Rodrigues (2018) afirma que os problemas sociais são resolvidos em parte com o crescimento econômico, que por sua vez é contraditório, já que gera problemas ambientais e desigualdades na distribuição da renda.

Sen (2010) argumenta que o desenvolvimento econômico pode estar associado ao aumento da renda e à melhoria da qualidade de vida. Para esse autor, o processo de desenvolvimento econômico e social é o resultado de uma opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo. Assim, o crescimento se transforma em progresso e deve representar a realização de um projeto, a expressão de uma vontade política.

Para Furtado (2004), o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas, principalmente, o caminho de acesso às formas sociais mais adequadas para estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Conforme Vieira e Santos (2012), o desenvolvimento econômico altera a lógica da distribuição do poder político, consequentemente, associa a produção de recursos com sua distribuição, em função da força política dos atores sociais.

Corroborando, Andrade (2020) afirma que o desenvolvimento econômico pressupõe transformações estruturais relacionadas a um mecanismo de percepção coletivo, composto por conhecimentos que permitem hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais.

Finalmente, para Oliveira e Lima (2003), o desenvolvimento deve ser encarado como um processo de mudanças e transformações nos âmbitos econômico, político e, principalmente, humano e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento, incrementos positivos no produto e na renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Desenvolvimento Regional

Vieira (2014) diz que desde as últimas décadas do século XX, o desenvolvimento regional vem recebendo maior atenção por parte do poder público, pois se evidenciaram as preocupações decorrentes da necessidade de se incentivar essa modalidade de desenvolvimento.

Segundo Siedenberg (2003), para que haja o desenvolvimento de uma região, é necessária uma mudança na economia que leva, conseqüentemente, a uma mudança social, com o aumento do poder aquisitivo da população.

E, de acordo com Furtado (2004), na evolução de uma determinada região, além da implementação de políticas públicas, é necessário que a iniciativa privada e a população local estejam envolvidas nos projetos de desenvolvimento.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualizada pelo Decreto nº 9.810, de 2019, representa o instrumento legal que baliza a ação do Governo Federal em busca da redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL, 2019).

As políticas públicas municipais, inclusive com a criação de secretarias e departamentos nos municípios e de parcerias com universidades para disponibilizar mais pesquisas aos produtores e agricultores, são implementadas para possibilitar maior integração das cadeias produtivas e avanço tecnológico na produção. Sen (2010) descreve que:

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico pode possibilitar (SEN, 2000, p. 57).

No entanto, com a inexistência ou a insuficiência de investimentos voltados para o desenvolvimento regional, permanece distante a superação ou a redução das desigualdades regionais, conforme regula a Constituição Federal em seu Artigo 43, que declara:

Art. 43 -“Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais” (BRASIL, CF. 1988).

De acordo com Lima (2020), foi no governo do Presidente Getúlio Vargas, com a chamada Revolução de 1930, que surgiu o discurso da unidade territorial e da integração nacional por meio da ocupação do oeste do país.

Lima (2020) também acredita que essa campanha evidenciou as preocupações do Estado brasileiro com a integração e a segurança no âmbito nacional. Assim, as preocupações e o desenvolvimento de projetos de ocupação da região oeste do país encontram lugar no período da Ditadura Militar, que toma o governo no país no ano de 1964.

Ainda de acordo com Lima (2020), no entanto, as ações interventivas realizadas foram mínimas, aflorando grandes desigualdades regionais que precisavam ser minimizadas. Dessa forma, a partir dos anos de 1980, passaram a ser perceptíveis as desigualdades de trabalho e renda entre as distintas regiões do país, surgindo a necessidade de implantação de políticas públicas localizadas, tendo em vista fomentar o desenvolvimento regional.

Lima (2020) afirma, ainda, que:

Os estudos sobre o desenvolvimento regional e de localização no espaço de atividades produtivas se revitalizam a partir da segunda metade dos anos de 1980, quando as desigualdades regionais de emprego e renda voltaram a ser problemas centrais da política de desenvolvimento, retomando-se os debates teóricos dos anos 1950 e 1960, mais vinculados à Economia do Desenvolvimento do que à Economia Regional (LIMA, 2020, p. 21).

Lima (2020) ainda afirma que o Estado tem um papel preponderante no planejamento espacial da economia e na criação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento regional, tema investigado por este trabalho. É o Estado que deve se preocupar com o bem-estar de todas as pessoas.

Para Izidoro (2019), o desenvolvimento social e econômico de uma região contribui para o seu crescimento por meio do engajamento de diversas instituições, públicas ou privadas, em prol de um mesmo objetivo, como é o caso das parcerias firmadas entre as instituições de ensino e os centros tecnológicos de pesquisa.

Assim, ainda de acordo com Izidoro (2019), o desenvolvimento regional se traduz em planejar unidades econômicas localizadas no próprio território, tendo em vista o crescimento da região, que é um poderoso fator de atração de novos investimentos.

Souza (2012) menciona que o desenvolvimento se deve a vários fatores, entre eles o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos, a redução de desemprego, a elevação da renda média do conjunto da população e a busca da melhoria da qualidade de vida. Já para Furtado (2004), o desenvolvimento local minimiza os deslocamentos humanos para os grandes centros e, por consequência, ameniza os desafios afeitos a regiões superpovoadas, também com desenvolvimento desigual.

No entanto, alerta Furtado (2004), que o desenvolvimento de uma região não se reduz apenas a um processo de acumulação de bens e de aumento de produtividade, mas à disponibilização de recursos que garantam o acesso às políticas públicas que visam estimular as pessoas e responder às pretensões do Governo Federal, no que se refere ao desenvolvimento regional. Ou seja, “se o desenvolvimento é a busca por atendimento das necessidades humanas, se o homem feliz é aquele que tem suas necessidades atendidas, então podemos concluir que a riqueza aumenta a felicidade” (FURTADO, 2009, p. 53).

Portanto, a qualidade de vida proporcionada pelo desenvolvimento é aquela que aumenta a felicidade, fim último de nossa própria condição humana. Não se trata da felicidade em si, mas da existência de condições objetivas que a possibilitem.

Para Souza (2012), o aumento da produção local, a redução do desemprego e a elevação da renda média da população são elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma região. Desse modo, não pode haver desenvolvimento sem que haja acesso à educação, lazer, saúde e alimentação. Sen (2010) afirma que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos (SEN, 2010, p. 16).

O desenvolvimento está associado diretamente à garantia de acesso aos direitos fundamentais regulados pela Constituição de 1988. Segundo Izidoro (2019), para que o desenvolvimento regional possa avançar, é necessário um conjunto de fatores, entre os quais se destaca:

O desenvolvimento endógeno, que é aquele que ocorre a partir do inconformismo dos indivíduos que vivem em uma mesma sociedade e que se

unem em prol de canalizar forças para exercitar conhecimentos e habilidades, criar e pôr em prática ações, tendo como parceiros os governos federais, estaduais e municipais nesse processo de desenvolvimento (IZIDORO, 2019, p. 49).

As pessoas que vivem no local devem “abraçar a causa” e fazer a diferença no que se refere à busca de alternativas e ou de planejamento em conjunto com os setores públicos, com vistas a desenvolver sua região, cidade ou povoado. No entanto, há um fator que se sobrepõe ao não envolvimento, que é o distanciar-se das raízes.

Furtado (2009) aponta como marca na história do país o deslocamento populacional em decorrência da busca por melhores condições de vida, em detrimento da construção de alternativas de desenvolvimento.

O autor aponta que, no Brasil, a estrutura agrária é o principal fator para a extrema concentração da renda, não porque a renda esteja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas porque, não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas.

Como assegura Sen (2010), é impossível pensar em desenvolvimento para indivíduos privados dos direitos e liberdades essenciais.

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. A nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 29).

Assim, Sen (2010) afirma que o desenvolvimento regional constitui um processo de transformação nos aspectos social e econômico. Associando desenvolvimento e liberdade, o autor considera que, para melhorar a qualidade de vida, quanto maior for o poder econômico, maior será a liberdade de desfrutar do que a vida possa oferecer.

De acordo com Oliveira, Nunes e Moraes (2019), o desenvolvimento regional recente no Brasil se caracteriza pela consolidação do processo de desconcentração produtiva, que tem favorecido uma redistribuição do produto e da renda nacional e uma redução das desigualdades regionais, mesmo que de forma irregular.

A emancipação do Estado do Tocantins permitiu acelerar o ritmo do

desenvolvimento e do crescimento econômico, quando comparados à antiga região do norte goiano. Desse modo, o desenvolvimento regional vem ocorrendo com a implementação de políticas públicas nos eixos econômico, social e ambiental.

O desenvolvimento do território hoje pertencente ao Estado do Tocantins ocorre sob forte indução do Governo Federal, desde os aportes financeiros previstos constitucionalmente para a implantação da nova unidade federativa do país, até as políticas públicas implementadas por meio da articulação entre os diferentes entes federados.

O desenvolvimento local pode ser fomentado com o fornecimento de ajuda a uma região, utilizando os indivíduos como protagonistas ou aproveitando atores locais. Nesse sentido, Milani (2007) afirma que:

Os fatores de ordem social, institucional e cultural são, assim, reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de formas mais intensas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno das estratégias de desenvolvimento local (MILANI, 2007, p. 196).

Oliveira e Lima (2003, p. 32) afirmam que o desenvolvimento regional é, sobretudo, “pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

Metodologia

Para tanto, a metodologia utilizada foi uma revisão qualitativa e quantitativa, com a busca pela compreensão do referencial teórico para associação e conclusão sobre a questão central da pesquisa. A coleta de dados se deu pela pesquisa bibliográfica e documental, com a análise de conteúdo dos dados secundários levantados em trabalhos científicos, boletins técnicos FIETO (Federação das Indústrias do Estado do Tocantins), SEPLAN (Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins) e site do IBGE e dados oficiais sobre a cidade de Dianópolis/TO no período de 2014 e 2022.

Resultados e discussão

Dimensão Produtiva no município de Dianópolis/TO

Para North (1977) os estágios que as regiões percorrem no curso do seu

desenvolvimento, seguem uma lógica bem distinta:

1- Na primeira fase, no trajeto econômico da maior parte das regiões, inicia-se o trabalho dependente da economia de subsistência, existindo pouco investimento ou comércio. Nesta fase, a população elementar concentra-se na agricultura e está situada de acordo com a distribuição de recursos naturais.

2- O segundo momento é marcado pela melhoria nos aspectos logísticos, possibilitando a região desenvolver o comércio e especialização local. Logo, emerge uma nova camada populacional, a qual passa a gerir pequenas indústrias, de abrangência local, para os agricultores. Essa indústria, tem sua localização determinada por meio da camada básica. Por conseguinte, tal camada supre a indústria com matéria-prima e mão de obra.

3- Ao passo que as relações comerciais ultrapassam a fronteira regional, ocorre uma dinamização nas atividades agrícolas, alterando de pecuária extensiva à produção de cereais, posteriormente à fruticultura, à produção de laticínios e à horticultura.

4- O crescimento demográfico associado à diminuição da produção agrícola, bem como de outras atividades primárias, força a região rumo à industrialização, introduzindo atividades secundárias em escala considerável. Os primeiros passos da industrialização firmam-se sobre produtos florestais e agrícolas, incluem atividades como processamento de alimentos, preparação de fibras têxteis e produção de artefatos de madeira. Se for adiante, a indústria dependerá de recursos naturais como, minérios e recursos energéticos. Caso exista energia elétrica em custos menores, torna-se possível a implantação de indústrias que dela necessitam em grandes quantidades (refinação de metais não-ferrosos, ligas de metais, aços especiais, abrasivos artificiais, etc.) como aconteceu na Noruega, Suíça, no Vale do Tennessee e no Vale do Rio Columbia.

5- Atinge-se o estágio final do desenvolvimento regional quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação. Nesse estágio a região exporta capital, mão-de-obra qualificada e serviços especiais para as regiões menos desenvolvidas. Aos custos de transporte têm sido atribuído um papel fundamental no avanço através desses estágios sucessivos de desenvolvimento.

Considerando os conceitos de North em relação aos estágios de desenvolvimento, para a região em estudo foram levantados os principais projetos

implantados para o desenvolvimento agrícola com influência direta.

Conforme dados da SEPLAN (2017), o Projeto de Irrigação conhecido como Manuel Alves atende os municípios de Dianópolis e Porto Alegre do Tocantins. Nesses entes federativos, com a implantação de sistemas de irrigação subsidiados pelo governo estadual, houve o impulsionamento do cultivo da fruticultura do abacaxi e melancia - que inclusive já alcançaram níveis de exportação animadores - e mamão, banana, coco-da-baía e maracujá.

O Projeto da Barragem do Rio Manuel Alves abrange como área de influência os municípios de Almas, Porto Alegre, Dianópolis e Taipas. Este projeto foi concebido a partir do programa de implantação de assentamentos, visando a fruticultura dele derivado com uma área de aproximadamente 5.000 ha voltada para a fruticultura irrigada (SEPLAN, 2017).

Além desse projeto, no município de Dianópolis, houve a introdução das frentes de agricultura comercial, que tem significado a implantação de sistemas de produção intensivos, utilizados no Estado, principalmente na cultura da soja. A cultura da soja tocantinense é uma das atividades que mais tem se desenvolvido no sudeste do Estado (SEPLAN, 2017).

De acordo com a FIETO (2018), a produção de soja e de milho do Estado do Tocantins, na safra 2015/16, representaram respectivamente 2% e 1% do total produzido no Brasil. Neste mesmo estudo, identificou-se que o setor de grãos representa cerca de 94% da produção estadual, sendo a soja com uma produção de 72%, milho 14%, amendoim 10% e outros 4%. Já outras culturas representam cerca de 2% para a mandioca e 4% para a cana-de-açúcar.

A área produtiva está distribuída em cerca de 28 mil hectares, sendo aproximadamente 14 mil destinados à produção agrícola para estas cadeias. A pastagem ocupa cerca de 8 mil hectares. A agricultura ocupa área de 1,2 mil hectares, sendo basicamente a agricultura de grãos e os cerca de 4,8 mil hectares são, basicamente, destinados à cadeia produtiva da mandioca e da cana-de-açúcar (FIETO, 2018).

Em 2016, a área agricultável com soja foi de 870 mil hectares, ressalta-se que a área produtiva no período de 2014/2015 e 2015/2016 cresceu cerca de 2%. Quanto ao milho apesar da área ser menor, houve aumento da produtividade no Estado. Observa-se ainda que a cadeia produtiva do milho é semelhante à cadeia da soja

(FIETO, 2018).

No Estado há três regiões produtoras de grãos, conforme dados da FIETO (2018), destacando-se, no caso da soja, as maiores áreas produtoras estão situadas nos municípios de Campos Lindos, Dianópolis, Mateiros (região de divisa com a Bahia), Pedro Afonso e a região de Porto Nacional (Silvanópolis, Santa Rosa do Tocantins e Monte do Carmo).

Cabe salientar que grande parte da produção do Estado depende do modal rodoviário e verifica-se que há cerca de 24 mil km de rodovias não pavimentados e 7,3 mil km pavimentados, com a sua grande maioria sob jurisdição estadual. Há inúmeros estudos que tem por objetivo melhorar a malha viária do Estado, porém a limitação de recursos tem dificultado a realização de obras (FIETO, 2018). Há também, a necessidade do aumento da capacidade logística de armazenamento de grãos.

Os produtores de soja no estado correspondem a pequenos e médios agricultores, cujas áreas plantadas girou em torno de 900 mil ha no ano de 2020. Constitui um grupo que é composto, principalmente, de famílias oriundas do Sul do país e grupos empresariais (SEPLAN, 2017).

Conforme Varanda (2017), os aspectos climáticos do Tocantins possibilitam a obtenção de sementes de boa qualidade da soja, proporcionando boa produtividade na safra e entressafra. Estes fatores, entre outros, são responsáveis por atrair agricultores interessados na implantação da soja no referido estado. E, a partir da década de 1970, de acordo com Barbosa (1996), cabe destacar que esta unidade federativa também ingressou na chamada fronteira agrícola, o que impulsionou a inserção de grandes projetos de irrigação, entre os quais, plantios de soja estavam inclusos.

A expansão do setor agrícola, nesse caso, pode-se citar o aumento na produção de grãos (soja, milho), a fruticultura irrigada e a produção de cana-de-açúcar e álcool, após a implantação dos projetos de governo voltados para o desenvolvimento da agricultura em Dianópolis/TO. Dados do IBGE (2020), mostram que estas atividades não ocorrem de forma homogênea no espaço, fazendo com que os fluxos de renda e desenvolvimento estejam sendo completamente reordenados dentro da própria região.

Falando especificamente do milho e da soja na cidade de Dianópolis, no ano

de 2020 (dados mais recentes do IBGE), Dianópolis produziu 51.400 toneladas de milho, sendo a área plantada e colhida de 12.360 ha. Já a produção de soja foi de 42.240 toneladas, sendo a área plantada e colhida de 12.800 ha.

Diante dos dados apresentados, o município de Dianópolis tem produzido maior diversidade em relação aos setores econômicos estudados. Este município demonstrou quociente locacional significativo em todas as atividades em 2020, exceto para as atividades de indústria extrativa mineral e administração pública. Este ente federativo figura como um dos lugares centrais, como preconizado por Christaller (1966).

Por outro lado, a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins (IFTO) em Dianópolis, é, entre outros motivos, o responsável por esse município manter quociente locacional significativo para serviços agroindustriais de utilidade pública e construção civil. De acordo com Fonseca e Aguiar (2019), as instituições de ensino superior tendem a gerar concentração de renda em certas localidades.

Para que a região expanda suas atividades produtivas de base econômica, como apregoa a teoria de North (1977), faz-se necessária a modernização da agropecuária, a qual demanda mão de obra qualificada, modernas técnicas de manejo do solo, utilização de maquinário agrícola, equipamentos e assistência de acompanhamento na extensão rural. Dessa forma, Dianópolis possibilitará a geração de novos postos de trabalho e renda. Para suprir essa demanda espera-se que as instituições de ensino superior implantadas em Dianópolis e os governos locais possam cumprir esse papel.

O ramo de atividade comércio apresentou distribuição espacial irregular nos anos analisados. Quanto ao ramo da administração pública, Dianópolis apresentou um quociente locacional significativo, cabe ressaltar que esse é um resultado positivo do ponto de vista econômico, dados apresentados de 2014 e 2019 (Tabela 1), por não atualização do IBGE mais recentes. Tal resultado aponta para a concentração de indivíduos ocupados neste ramo de atividade em toda a cidade, de modo que a presença do IFTO ou da UNITINS, foi capaz de solucionar ainda mais os impasses regionais relacionados a esse setor, dessa forma contribuindo para o avanço de outros ramos.

Tabela 1: Indicadores econômicos do município de Dianópolis/TO no ano de 2014 e 2019.

ATIVIDADES ECÔNOMICAS	PIB - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - 2014	PIB - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - 2019
AGROPECUÁRIA	R\$ 131.085,83	R\$ 54.459,63
INDÚSTRIA	R\$ 23.240,64	R\$ 62.732,12
SERVIÇOS - ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 96.228,40	R\$ 153.625,46
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 97.938,79	R\$ 145.196,20

Fonte: Adaptado de IBGE (2014 e 2019).

Considerações Finais

A partir do exposto notou-se que Dianópolis/TO possui características próprias em relação ao desenvolvimento regional. O setor agropecuário, subsidiado pelos projetos de irrigação, mostrou grande avanço e promissor.

A relação entre ocupados na agropecuária, em empregos formais, sinaliza o impacto positivo do projeto Manoel Alves em Dianópolis. Além disso, a presença de instituições de ensino superior em Dianópolis, por sua vez, faz deste município polo ou centro regional, dar-lhe aparato para se manter com uma tendência ao desenvolvimento maior em relação aos outros municípios da região, configurando como um lugar central entre os demais. Dianópolis possui, por sua vez, maior diversidade em relação ao número de ocupados nas variadas atividades econômicas.

Com base nos estudos realizados no município e no site do IBGE, até junho de 2022 houve registro de 22 novas empresas em Dianópolis, sendo que a maioria delas atua com estabelecimento fixo. No ano de 2021 inteiro, foram registradas 47 empresas. No último mês, 3 novas empresas se instalaram. Este desempenho é igual ao do mês anterior.

Considerado uma capital sub-regional de alta influência na região, o município de Dianópolis é polo da região. Dianópolis é o 1º município mais populoso da pequena região sudeste, com 22,4 mil habitantes, de acordo com o IBGE (2020). O PIB da

cidade é de cerca de R\$ 446,1 milhões, sendo que 36,9% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da administração pública (34,9%), da indústria (34,9%) e da agropecuária (13,1%).

Com esta estrutura, o PIB per capita de Dianópolis é de R\$ 20,2 mil, valor inferior à média do Estado (R\$ 25 mil) e da grande região de Gurupi (R\$ 26,1 mil), mas superior à média dos municípios da pequena região sudeste (R\$ 16,6 mil).

Diante disto, recomenda-se que o governo local, juntamente com as instituições, fortaleça as relações de governança, implementando pequenas ações, como: crédito, assistência técnica, capacitação dos atores locais (microempreendedor, pequeno produtor rural, servidores públicos, secretários e prefeitos). Além disso, que estabeleça um diálogo permanente com a sociedade na promoção do desenvolvimento regional e local.

Para trabalhos futuros, recomenda-se a utilização de outros métodos de análise regional, bem como, expandir a análise para outras regiões do Tocantins.

Referências

ANDRADE, C. F. **Diagnóstico da sustentabilidade empresarial no desenvolvimento local do município de Marabá/PA**. 2020. Disponível em: https://sigaa.unifesspa.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=123. Acesso em: 26 jun. 2022.

BARBOSA, Y. M. **Conflitos Sociais na Fronteira Amazônica: o Projeto Formoso**. Campinas/SP. Papius, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,da%20qualidade%20de%20vida%20da. Acesso em: 10 jul. 2022.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Translated by Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1966.

FIETO. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins. **Soja e milho: plano estratégico para as cadeias produtivas do agronegócio no Estado do Tocantins: 2018-2027**. Palmas, TO: Sistema FIETO, 2018. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=98d75c9c-c95a-4e57-8b51-8b12c12f7e59>. Acesso em: 05 jul. 2022.

FONSECA, S. F. **Análise da pobreza e desenvolvimento humano na microrregião de Diamantina/MG, Brasil, usando técnicas de geoprocessamento**. Revista Geográfica Acadêmica, v. 10, p. 164-179. 2016.

FONSECA, S. F.; AGUIAR, H. H. **Identificação de Cluster de concentração de renda e dependência demográfica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**. RA'EGA: Espaço Geográfico em Análise, v. 46, p. 132-144, 2019.

FURTADO, C. **Desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. Revista Brasileira de Economia Política, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 483-486, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172004-1639>. Acesso em: 25 jun. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola – Lavoura Temporária**: Dianópolis. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/pesquisa/14/10193?indicador=10356>. Acesso em: 07 jul. 2022.

IZIDORO, J. T. L. **Diagnóstico da agricultura familiar no município de Augustinópolis/Tocantins**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Taubaté, 2019.

LIMA, A. E. M. **A teoria do desenvolvimento regional e o papel do estado**. Revista Análise Econômica, v. 24, n. 45, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10848>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MILANI, C. R. S. **Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do capital social no campo do desenvolvimento local**. REDES - Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 195-224, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/105>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NORTH, D. **A agricultura no crescimento econômico**. In: SCHWARTZMAN, J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/CETEDRE - MINTER, p. 333-343, 1977.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista da FAE, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai./dez.

2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462>. Acesso em: 25 jun. 2022.

OLIVEIRA, E. A. A. Q.; NUNES, L. L. M.; MORAES, M. B. **Características Socioeconômica e ambiental da Agricultura Urbana em Imperatriz/MA**. REDES - Revista de Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 241-271, set./dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14105>. Acesso em: 28 jun. 2022.

RODRIGUES, W. **Capital social e desenvolvimento regional no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/3466>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Racionalidade, interesse e identidade**. In: FOXLEY, A.; MCPHERSON, M.; O'DONNELL, G. Desenvolvimento, política e aspiração social. São Paulo: Vértice, 2000.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Governo do Estado do Tocantins. **O perfil do Agronegócio Tocantinense**. Relatório Final. 2017.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese**. Desenvolvimento em Questão. 2003.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VARANDA, M. A. F. **Influência do boro via aplicação foliar em soja na várzea irrigada no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Gurupi/TO. 2017.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000**. Diálogos, Maringá, v. 17, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36044>. Acesso em: 25 jun. 2022.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté/SP, v. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/679/296>. Acesso em: 26 jun. 2022.